ID: 7960016
Data: 15-05-2004

DN - Edição Norte

Tiragem: 102055
País: Portugal
Âmbito: Nacional
Perid.: Diária

Página: 2
Cores: Preto e Branco
Área: 26,18X35,95 cm2
Corte: 1 de 5

Memorandum

DN-Natacha Cardoso

CONCILIAÇÃO. O nascimento do segundo filho implica para muitas trabalhadoras ter de optar entre a ascensão no emprego e a estrutura familiar. O investimento profissional fica para o homem

Portuguesas sacrificam carreiras para dar assistência aos filhos

Mulheres optam pelo sector público, onde é mais fácil conciliar actividades

■ CÉU NEVES

As mulheres portuguesas ainda são obrigadas a abdicar da «carreira» em benefício da uma família, sobretudo as que estão no sector privado. A alternativa é retardar o casamento, a maternidade, desistir da profissão ou mudar para o público, onde, pelo menos, os direitos laborais são respeitados, conclui um estudo sociológico.

«Carreira? Estagnei. Na situação que eu tinha lá fora havia mais probabilidades de ter uma evolução superior.» «No Estado não temos só facilidades, mas permitem-nos usufruir de alguns direitos. Cumpre-se a legislação.» São exemplos de algumas das respostas analisadas no estudo «Relação trabalho-família, em contextos organizacionais em mudança». O trabalho da autoria de Maria das Dores Guerreiro, Pedro Abrantes e Inês Pereira foi apresentado no V Congresso Português de Sociologia, que hoje termina em Braga.

Aquelas afirmações justificam a opção das mulheres por empregos no sector público, fortemente feminizado. Não só o ritmo de trabalho é menos intenso e há mais segurança laboral, como existe uma cultura de «utilização dos direitos e a legislação disponível tem melhores condições para conciliar o trabalho com a família», diz Maria das Dores Guerreiro. Por outro lado, embora no público não existam políticas específicas de conciliação, «há a possibilidade de acessos aos serviços sociais, como os infantários públicos ou financiados pelo Estado».

Mas o que se ganha em termos familiares, perde-se na progressão profissional e rendimentos.

«Na empresa privada, encontramos profundas dificuldades de conciliação entre trabalho, família e vida pessoal», mas os «trabalhadores enfatizam a importância das carreiras, o estímulo proporcionado por esta experiência profissional ou as oportunidades de formação», motivos subjacentes à entrada na empresa e que explicam aí a sua permanência. No público passa-se o contrário, os funcionários relevam as vantagens «para outras esferas da vida pessoal e familiar», mas criticam o contexto laboral em que estão inseridos.

Este trabalho insere-se num estudo europeu (oito países) sobre a forma como os jovens pais conciliam trabalho e família em diferentes contextos organizacionais. Em Portugal foram escolhidos um instituto público e uma empresa de consultoria financeira. Foram entrevistados 48 pessoas, 24 em cada organização, sendo que 31 do sexo feminino e 17 do masculino.

DIFERENÇAS. A primeira parte da análise envolve 28 trabalhadores com qualificações elevadas, distinguindo-se desde logo dois grupos. No primeiro caso, são sobretudo homens, que fazem «grande investimento na carreira e têm a necessidade (e a possibilidade) de montar um dispositivo complexo de apoio à família (sobretudo no que diz respeito aos filhos), com recurso a equipamentos externos ou redes familiares». No segundo, encontram-se principalmente «mulheres, continuando estas a assumir um papel preponderante na organização e apoio familiar». Daí as dificuldades para conciliar as duas actividades, o que, muitas vezes, resulta na saída da empresa após o nascimento do segundo filho.

A insegurança profissional é a principal razão que leva os jovens qualificados a retardar a conjugalidade e a parentalidade, referem os sociólogos, sublinhando que este é um fenómeno que «se generaliza no sector privado». Acrescentam que a flexibilidade de horários e a inovação das formas de trabalho possibilitam a «melhoria das condições de vida, ainda que estejam muitas vezes a ser utilizadas pelas entidades empregadoras para intensificar o ritmo de trabalho». Isto, apesar da preocupação «crescente com as questões da conciliação».

Agregados familiares

Jovens dos países do Sul deixam pais tarde

➡EUROPA DO SUL
Portugal, Itália, Espanha e Grécia caracterizam-se por ter agregados familiares numerosos (3,3 pessoas), no entanto a taxa de fecundidade é a mais baixa da Europa, 1,33. Estes valores, e o facto de existirem mais casais a viver com os filhos, indicam que os jovens permanecem em casa dos pais até mais tarde. Os salários são baixos, a maioria dos agregados recebe mensalmente, em média, até mil euros mensais, à excepção da Itália (1500 euros).

➡NORTE E CENTRO
É um grupo heterogéneo onde a dimensão do agregado familiar oscila de país para país. O Reino Unido e a Alemanha têm os valores mais baixos (2,6 e 2,7 respectivamente) e a Irlanda os mais elevados (3,6). O índice de fecundidade é de 1,65. A Suécia e e Irlanda são os países onde há mais casais com filhos. Na monoparentalidade, destacam-se a Bélgica e Irlanda, com 7,2%, e o Reino Unido, com 5,9%. Os rendimentos são dos mais elevados, à excepção da Irlanda.

➡ESCANDINAVOS. A Noruega, Suécia, Finlândia e Dinamarca têm os agregados familiares de menor dimensão, 2,6 indivíduos por agregado. Têm mais pessoas a viverem sozinhas e os jovens deixam mais cedo a casa dos pais. Há menos monoparentalidade e menos casais sem filhos. O índice de fecundidade é o maior, 1,72. Os rendimentos são dos mais elevados da Europa, havendo uma maior concentração nos escalões mais elevados e uma distribuição mais equitativa dos mesmos.

➡NOVOS PAÍSES
O grupo é heterogéneo. A Polónia e a Eslovénia têm os agregados maiores da Europa (3,7 e 3,5) aproximando-se dos países do Sul. A Hungria e a República Checa estão mais próximos do Norte e Centro europeu (3,2 e 3). É onde há mais famílias monoparentais. Os salários são os mais baixos, com grandes diferenças. Na República Checa e Eslovénia, o rendimento de um agregado é entre 500 e mil euros. Na Hungria e na Polónia, mais de 60% tem menos de 500 euros.

Fonte: European Social Survey

ID: 7960016
Data: 15-05-2004
DN - Edição Norte
Tiragem: 102055
País: Portugal
Âmbito: Nacional
Perid.: Diária
Página: 2
Cores: Preto e Branco
Área: 26,22X33,93 cm2
Corte: 2 de 5

Memorandum

Menos filhos e mais idosos sós

Portugal tem cerca de 3,6 milhões de famílias, que são cada vez mais pequenas, 2,8 indivíduos por agregado familiar. Há mais pessoas sós, sobretudo idosos, sendo que 65% das famílias têm em média mais de 65 anos. A proporção de casais sem filhos aumentou e os lares monoparentais continuam a ser constituídos maioritariamente por mulheres. Estas têm menos filhos, 1,5 em 2002, e mais tarde, em média, perto dos 27 anos (26,8).

É este o quadro demográfico das famílias portuguesas, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística. Ao mesmo tempo, os rendimentos *per capita* são baixos e os apoios familiares insuficientes, embora tenham vindo a aumentar, como reconhecem os especialista nesta matéria.

Karin Wall, socióloga da família, reconhece o esforço que tem sido feito nas políticas sociais, salientando que o actual Governo inverteu a tendência em termos de criação de apoios para uma maior conciliação entre vida familiar e profissional. «A política de apoio à família de menores rendimentos já vinha de trás e está a dar-se continuação a esta prioridade. Mas a actual política é pró-natalista enquanto a anterior era pró-igualitária.» Esta é uma tendência dos países europeus mais tradicionais, como a Alemanha e a Áustria. Já os países escandinavos apostam mais nos sistemas de apoio à família.

SOS. No primeiro ano de funcionamento, a linha de informação portuguesa à família recebeu sobretudo chamadas de mulheres, 70,48% de um total de 586 contactos. Foram colocadas 917 questões e o tema da conciliação entre trabalho e a família foi o mais focado, sendo que apenas duas pessoas fizeram perguntas sobre educação. Os homens, apesar de estarem em minoria, 29,52%, colocaram a questão mais frequente e diz respeito ao gozo dos primeiros 15 dias da licença parental.

ONU. O secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, realça os progressos nas políticas da família, quando se assinala o décimo aniversário do Ano da Família, hoje, Dia Internacional da Família. Mas diz que há muito a fazer e apelou aos governos, à sociedade civil e aos indivíduos «para continuarem a trabalhar em prol de políticas e programas que reconheçam os contributos de cada família».

A UNICEF alertou para os perigos que enfrentam os mais novos. Ajudar as famílias a cuidar dos filhos é a melhor forma de as proteger da violência, exploração, tráfico e discriminação, defende a organização. Sublinha que 180 milhões de menores estão envolvidas nas piores formas de trabalho infantil e 1,2 milhões são objecto de tráfico.

Boas práticas

Infantário da TAP é sonho de qualquer pai ou mãe

As portas estão sempre abertas, 365 dias no ano. Surgiu há 31 anos devido a uma imposição legislativa. Empresa foi mais longe.

■ C. N.

O ideal de um pai é ter um infantário no local de trabalho. O sonho é poder deixar a criança sempre que tem de trabalhar, mesmo que seja às quatro da madrugada. O ideal e o sonho existem mas apenas para os trabalhadores da TAP. Têm um infantário aberto 24 horas por dia, 365 dias por ano. Há 31 anos.

O Infantário da TAP surgiu por imposição legislativa, antes do 25 de Abril, que obrigava as empresas com mais de 50 trabalhadores a ter este tipo de apoio. Era também uma forma de fomentar o ingresso da mulher no mercado de trabalho. A medida teve efeito na actividade feminina, mas não na cultural empresarial. Muitos empresários preferiram pagar a coima e os que abriram creches fecharam-nas quando deixou de ser uma imposição.

Os responsáveis da TAP, cujo principal accionista é o Estado, não só mantiveram a estrutura: esta funciona 24 horas por dia. Isto, porque na empresa há horários muito diferenciados. «É um benefício social, mas também temos a consciência de que é difícil encontrar este tipo de apoio, além de que temos menos absentismo e as mães estão menos ansiosas. O filho está aqui ao lado», diz Manuel Teves, o responsável pelo infantário.

Aquele dirigente fala em mães porque houve necessidade de impor limites à utilização do infantário, dado serem muitos os pedidos. Foi preciso estabelecer prioridades, tendo-se dado preferência às mães (81,4% das utilizadoras) e aos trabalhadores com horários irregulares: tripulantes, técnicos de tráfego, técnicos da manutenção da aeronave, operadores de rampa. Quem tem um filho paga sete por cento do salário ilíquido; dois, 11% e três, 13%, não havendo aumento das mensalidades para quem tem mais de três crianças.

Na TAP é muito comum um pai ou uma mãe deixar a criança às 5 e 30 no infantário, já que o seu turno tem início às seis. Ou pedir para darem o jantar ao filho, porque a reunião prevista para acabar às 19 horas se irá prolongar. E se a licença de maternidade acaba em Abril, é em Maio que o bebé dá entrada na creche, não sendo preciso esperar por Setembro, o início do ano lectivo. A única coisa que os pais precisam de levar são as fraldas. São 250 crianças, entre os quatro meses e quatro anos que frequentam o espaço, na sede da empresa. Os fluxos de entrada e saída estão divididos por turnos, sendo que só em situação limite os pais recorrem ao apoio nocturno, numa média de dois por noite. São servidos 120 almoços e 20 jantares. «Temos as nossas especificidades, mas não é complicado», diz Conceição Carvalho, directora do infantário. Não há abusos? «Não. Há uma maior consciencialização dos pais. E a vida dos tripulantes mudou, já não passam tantos dias fora de casa. É raro uma criança passar aqui dois dias seguidos», diz Manuel Teves.

DN-Leonardo Negrão

ORGANIZAÇÃO. As 250 crianças estão divididas por turnos e actividades

VIDAS

«Pode haver vida pessoal de 15 em 15 dias?»

A «jornada contínua» na Função Pública possibilita dar um apoio maior aos filhos. O esforço, esse é sempre redobrado.

■ C. N.

A vida de Ana Teresa é uma espiral que começa às sete e só pára à uma da madrugada. Separada, dois filhos, a residir nos subúrbios, utente dos transportes públicos, mal paga, sem apoio familiar. Resume todas as características que dificultam ainda mais a vida de uma mulher. E vida pessoal? «Consegue-se ter vida pessoal de 15 em 15 dias, com data marcada?»

A «folga» de 15 dias corresponde ao período em que o ex-companheiro fica com o André, de 9 anos, e a Daniela, de 7. Os outros tempos estão a seu cargo, mesmo os domingos à tarde, quando trabalha numa outra empresa para juntar uns trocos ao baixo salário, 600 euros mensais. Os filhos ficam sozinhos em casa, na Amadora.

Durante a semana, Ana Teresa Tavares levanta-se às 7.00 horas, para apanhar a camioneta das 7.45. Roubaram-lhe o carro, velho mas que andava, e os documentos. Não tem dinheiro para reparar os estragos. Teresa deixa o André na escola às 9.00 horas e a Daniela, 30 minutos depois. Estão na Casa Pia, no Rato, porque não paga e fica perto do emprego. Sem carro, duplicaram para quatro as horas do transporte entre a casa, a escolha e o trabalho. É escriturária de secretaria de redacção, das 10.00 e 18.00 horas. Não pode sair mais do que 30 minutos depois. A tolerância dos responsáveis escolares só vai até às 18 e 45. Nos intervalos e depois do trabalho há tudo para fazer: as roupas, as comidas, os banhos, os estudos, as compras.... Todos têm de ajudar e respeitar a divisão de tarefas. Teresa tem 36 anos.

DN-Leonardo Negrão

HORÁRIOS. Tempos escolares não se compadecem com tempo laboral

CONCILIAÇÃO. Com a idade de Ana Teresa, Isabel Manaças tinha viajado, conhecido países e culturas. Em suma, vivido. Só depois constituiu família e não esperou mais tempo nenhum. Hoje tem a Sasha, 15 anos, a Nikita, 13, e o Alex, 12. Todos bons alunos e nadadores de competição, o que dificulta ainda mais a vida dos pais. A mais velha desistiu das provas e já é autónoma, mas esta é uma melhoria recente. Isabel é funcionária do Ministério da Saúde, no gabinete jurídico, onde existe a «jornada contínua», o que possibilita a existência de dois turnos e a presença de trabalhadores entre as 8.00 e 20.00 horas. Foi a sorte desta mulher, pode trabalhar e dar todo o apoio aos filhos, embora com esforço redobrado e apesar da divisão de tarefas com o companheiro. Também tem empregada.

Esta mãe trabalha entre as 8.30 e 14.30 e vai almoçar a casa. Depois começa a roda vida. Vai buscar o Alex à escola, leva-o à natação, regressa para transportar a Nikita à piscina do Sporting, onde treinam. Espera até começar a viagem de regresso, de um e de outro. O trabalho de «motorista» acaba por volta das 21.00 horas.

Isabel Manaças acha que a «jornada contínua» não prejudica o trabalho, pelo contrário. «Estamos mais organizados, concentramos as tarefas naquelas horas.» Já quanto à realização profissional e os rendimentos, reconhece que poderia ter mais alegria e hipóteses se seguisse a área de estudo: artes plásticas. «Convenceram-me que a Função Pública era mais seguro», diz.

ID: 7960016
Data: 15-05-2004
DN - Edição Norte
Tiragem: 102055
País: Portugal
Âmbito: Nacional
Perid.: Diária
Página: 1
Cores: Preto e Branco
Área: 25,94X35,95 cm2
Corte: 3 de 5

Memorandum

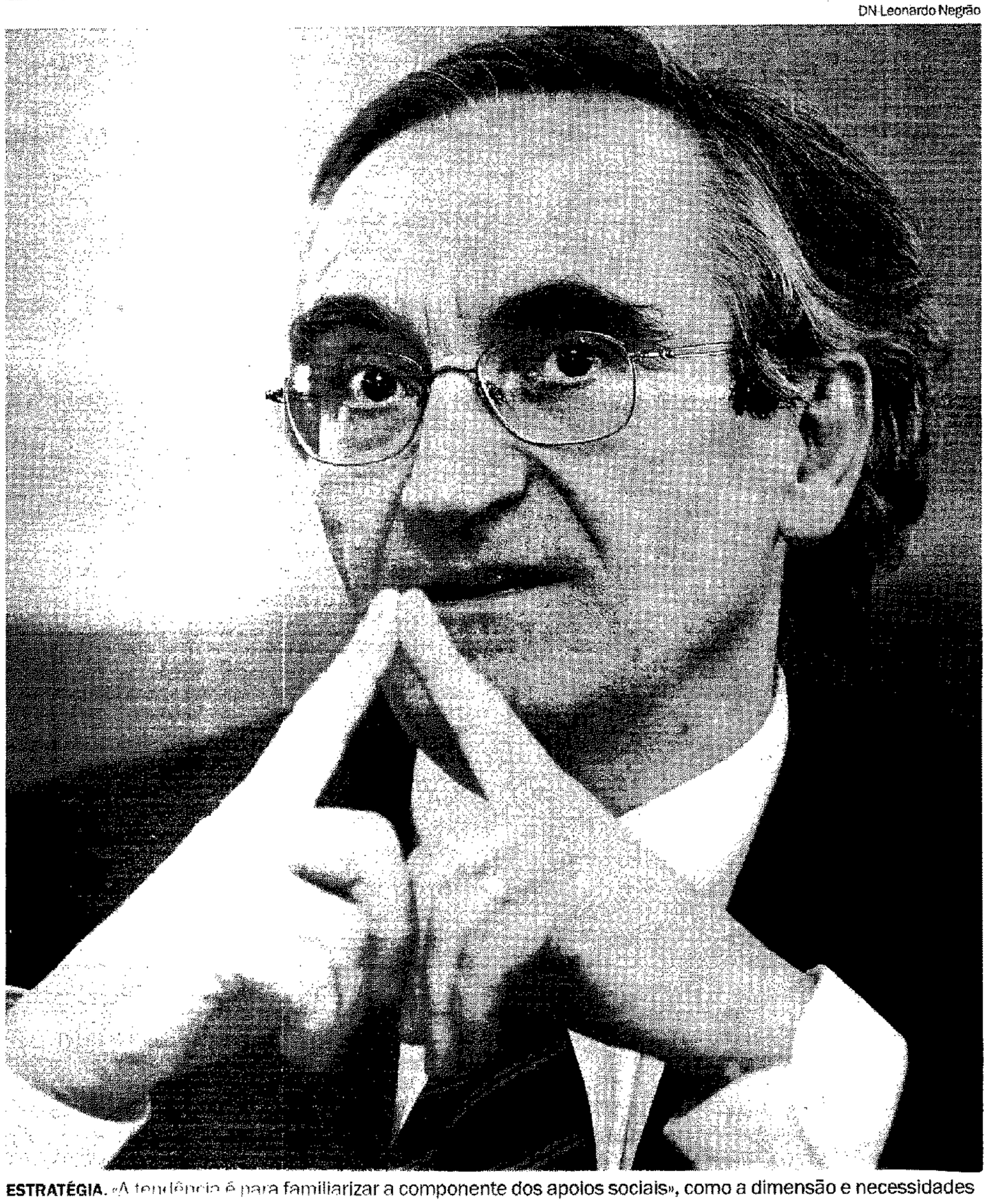
Bagão Félix

MINISTRO DA SEGURANÇA SOCIAL E DO TRABALHO

«Acho mesquinho estar a discutir três dias num ano»

O responsável pelas políticas sociais diz estar a fazer omeletes sem ovos. As prioridades são apoiar os pobres e as famílias numerosas

DN Leonardo Negrão



ESTRATÉGIA. «A tendência é para familiarizar a componente dos apoios sociais», como a dimensão e necessidades

■ CÉU NEVES

A política da família do actual Governo é pró-natalista: pró vida. É esta a vossa prioridade?

No século passado, tendeu-se sempre para uma ideia exclusiva de individualização dos direitos sociais. A tendência actual é para familiarizar a componente dos apoios sociais, em que há uma diferenciação positiva de acordo com a dimensão da família e da existência de situações que carecem de mais cuidados, como é o caso dos deficientes, dos doentes crónicos e dos idosos.

Está também subjacente uma certa filosofia de família, a tradicional.

A política familiar deve ser neutra do ponto de vista das pessoas face à instituição. Não se deve tomar posição sobre os modos de constituir família, trata-se apenas de estimular alguns aspectos que são civilizacionais. O decréscimo da natalidade em Portugal, tal como na Europa, é preocupante. Cada mulher tem em média 1,4 filhos, o que significa que já não se renovam as gerações. No nosso país, cada geração é 20% inferior à que a precedeu e, como tem aumentado a esperança média de vida, há um desequilíbrio, até no próprio sistema social.

É, então, uma preocupação sobretudo economicista?

Não é apenas o equilíbrio das contas sociais que está em causa, é uma questão geracional e civilizacional. Um país precisa de renovar as gerações.

Acredita que uns subsídios, até pela pouca expressividade monetária, fomentam a natalidade?

A grande maioria das pessoas não tem mais filhos por haver uma dedução à colecta ou um abono de família um pouco maiores. Em primeiro lugar, porque é pouco significativo e, em segundo, ter filhos é uma decisão que ultrapassa a perspectiva financista, caso contrário, qualquer coisa iria mal. Em terceiro lugar, o que está subjacente à diminuição da natalidade não se resolve nem pela política da segurança social nem pela política fiscal. É uma questão de valores e da reconhecida dificuldade que os pais e mães têm em conciliar a família e o tempo de trabalho.

Nesse campo, quais são as prioridades.

Todos devem contribuir para facilitar esta conciliação, mas em primeiro lugar surgem as políticas públicas, nomeadamente uma boa cobertura em termos de equipamentos de apoio à infância, quer creches quer infantários. Não foi por acaso que, este ano, no Plano Operacional, Emprego, Formação e Desenvolvimento Social defini como grande prioridade as creches e os centros de dia. O objectivo é passar de uma cobertura de 75% para 100% nos jardins-de-infância e de 30% para 50% nas creches. Outra política pública são os transportes, o que já não me compete a mim, mas é absolutamente decisiva. No Código de Trabalho (CT) foram introduzidos alguns aspectos importantes para a conciliação da vida familiar e trabalho, como a flexibilização dos horários. Por outro lado, o fomento ao trabalho a tempo parcial, ao tele-trabalho e ao trabalho ao domicílio, tudo isso, gota a gota, vai contribuir para essa conciliação de tempos entre família e empregos.

Essa flexibilização dos horários parece ir mais no sentido de responder às necessidades das empresas do que dos trabalhadores.

Tem que ir nos dois sentidos, se for só num sentido isso está mau.

Como é que se evita que tal aconteça?

As pessoas não vão trabalhar mais, podem é trabalhar mais umas horas numa semana e menos noutra. E tem que haver o consentimento dos trabalhadores.

As creches têm horários fixos.

Isso, também vai sendo alterado. O Ministério da Educação já alargou os horários dos jardins-de-infância e diminuiu o período de férias. Assinei um acordo com as Misericórdias e as IPSS, no sentido de atribuir um subsídio de 408,14 euros mensais para as creches que funcionem 11 horas por dia, desde que isso corresponda às necessidades de 30% dos pais.

As empresas estão preparadas para introduzir mecanismos que promovam a conciliação?

Essa é uma matéria onde têm que evoluir. A responsabilidade social das empresas faz parte da cidadania empresarial. A empresa está sujeita a direitos e deveres e entre estes, surge o facilitar a vida às pessoas. Quando eu era criança e jovem muitas empresas tinham creches ao lado das suas fábricas, isso desapareceu. Há quem esteja a retomar isso, não no sector industrial, mas no terciário (bancário, financeiro).

A preocupação agora é outra, o lucro.

O lucro é uma medida importante da eficácia de uma empresa, mas não é a única. A responsabilidade para com as pessoas que investem o seu trabalho/o seu tempo nas empresas é absolutamente fundamental. É uma evolução progressiva, vai demorar algum tempo. A prazo, o lucro passa sempre pela motivação dos trabalhadores. Quando estes não estão motivados ou estão mais ansiosos por causa dos filhos têm menos produtividade. Os nossos empresários têm a capacidade – e alguns têm – para ver isso e compreender que se trata de um factor de investimento ou vão perceber que falharam.

Os exemplos recentes não indiciam grande mudança, por exemplo, foram poucas as entidades que deram mais três dias de férias já este ano.

Fui muito criticado por ter dito: «Se eu fosse empresário daria já este ano.» Disse isso com o mesmo estado de espírito que lhe digo que a empresa de futuro é a que se preocupa com a responsabilidade social dos trabalhadores. Acho absolutamente mesquinho estar a discutir três dias num ano, quando a partir de Janeiro de 2005 passa a ser definitivo. Ainda por cima, os dois ou três dias a mais de férias seria para um conjunto reduzido de trabalhadores, ou então o absentismo não é elevado. E como sabemos que é elevado, era uma pequena percentagem que iria usufruir desse benefício. Foi uma guerra inglória, sem qualquer interesse.

Tem havido receptividade à utilização do apoio na área da formação para a criação de serviços de assistência à família, como lavandarias, *baby-sitting*?

Poderia ter mais receptividade se houvesse uma informação mais alargada e vamos trabalhar nesse sentido. É minha intenção construir uma espécie de catálogo para

Perfil

ANTÓNIO BAGÃO FÉLIX
MINISTRO

Benfiquista, católico e chefe de família

Não está no currículo, mas ser do Benfica é o que melhor o identifica, pelo menos junto do grande público, até porque teve intervenção activa em alguns momentos do clube. E, onde quer que esteja, lá vem a piada benfiquista. Foi deputado e por duas vezes secretário de Estado da Segurança Social, de 1980 a 1983 e de 1987 a 1991. Licenciou-se em Finanças e começou por trabalhar na área dos seguros, de onde transitou para a banca. 56 anos, casado, duas filhas e um papagaio chamado *Pelé*.

ID: 7960016
Data: 15-05-2004
DN - Edição Norte
Tiragem: 102055
País: Portugal
Âmbito: Nacional
Perid.: Diária
Página: 5
Cores: Preto e Branco
Área: 26,35X34,1 cm2
Corte: 4 de 5

Memorandum

TEMPO PARCIAL. «O nosso nível de vida ainda não permite essa opção»

ser distribuído nas juntas de freguesia, escolas, igrejas, com os direitos e deveres das famílias. Será uma espécie de guia, já que muitas pessoas não acedem a determinados bens e serviços por falta de informação.

As portuguesas estão entre as mulheres europeias com maior actividade profissional e são as que mais trabalham a tempo inteiro. A verdade é que ganhamos pouco.

O trabalho a tempo parcial representa 7% no nosso país quando, por exemplo, na Holanda e Suécia é 60% e isso tem a ver com o que disse. O nosso nível de vida ainda não atingiu patamares que permitam essa opção, mas tem havido uma evolução. Fui secretário de Estado do Emprego entre 1987 e 1991 e a taxa de trabalho parcial era 3,5%, dobrou em dez anos. Estamos a introduzir alguns incentivos, por exemplo, quando as pessoas estão no desemprego e aceitem trabalho a tempo parcial, o salário é majorado em 35%, em vez dos actuais 25%.

Outra das razões para se casar e ter filhos mais tarde é a instabilidade laboral e o novo código facilita os despedimentos.

Não é mais fácil despedir. Tem razão numa coisa, é mais difícil despedir um trabalhador do que dois, mas reforçamos as sanções para a violação de normas no âmbito da maternidade e paternidade. Há um conjunto de coisas que faço com convicção, mas se há umas em que acredito profundamente são a maternidade e paternidade.

É também uma convicção dos governos de direita, que insistem mais nos incentivos à maternidade do que nos mecanismos de apoio à estrutura familiar.

A família é a única construção natural que existe, não foi feita por decreto-lei, não precisa de ordenamento jurídico para ser constituída. Mas o Estado não deve ter políticas intrusivas na família, a não ser que haja crimes de natureza semipública como sejam os maus tratos. Tenho a minha opinião sobre qual é o modelo certo, mas como ministro da Segurança Social não tenho que dizer qual é.

Houve um recuo nos prazos das licenças de maternidade e paternidade, porque é que isso aconteceu?

Em tempo de crise, temos de ter imaginação para fazer omeletas sem ovos e foi o que tentei fazer com a regulamentação do Código de Trabalho, que foi flexibilizar a licença de maternidade e de paternidade: quatro meses pagos a cem por cento ou cinco meses a 80%. O Estado gasta o mesmo, mas dá a liberdade de escolha porque os 80% representam um valor superior do que se receberia no activo, quando se desconta 11% para a segurança social e pelo menos 12% de IRS.

Mas havia a ideia de se alargar a licença até aos cinco meses a 100%.

Isso é numa segunda fase. Tenho o sonho de, até ao fim da legislatura, alargar esse período em duas semanas. Nesta altura não há condições financeiras para o fazer e alargar muito os prazos poderia virar-se contra as jovens trabalhadoras à procura de emprego. Poderia constituir uma restrição à contratação.

Quais são as medidas previstas até ao fim da legislatura no âmbito da família?

Uma das principais medidas será a bonificação das pensões das mulheres que têm filhos. Ainda estamos a discutir o modelo, mas este poderá passar pela diminuição do factor de penalização em caso de reforma antecipada ou da idade legal para se obter esse direito.

As alterações são, sobretudo, para permitir que as mães fiquem em casa a tratar dos filhos. É o regresso ao lar?

Não, mas qual é o problema nos casos em que a mulher opte por isso? O objectivo é o contrário, é não prejudicar quem tem filhos. Quem não quer ter filhos não tem, cada um faz como entender. Mas as que querem ter, não devem ser prejudicadas. Nos casos em que a mãe pede uma licença ou trabalha a tempo parcial para tratar o filho, esses períodos deverão contar como tempo inteiro para efeitos de reforma.

Em termos de grupos sociais quais são as prioridades?

São as famílias pobres e, dentro dessas, as numerosas. É melhor resolver as questões fiscais ou aumentar as pensões para 1,5 milhões de portugueses que têm pensões abaixo do salário mínimo nacional?

Frases

"Não se deve tomar posição sobre o modo de constituir família, trata-se de estimular alguns aspectos que são civilizacionais"

"O lucro passa pela motivação dos trabalhadores. Os empresários que não compreenderem isto vão perceber que falharam"

"Estas políticas não são para as mulheres regressarem a casa, mas qual é o problema nos casos em que optem por isso?"

"As associações de famílias numerosas são de classe média/alta e urbanas. Se se constituir uma associação no interior do País, as preocupações não serão as mesmas"

"Há um conjunto de coisas que faço com convicção, mas se há duas em que acredito profundamente são a maternidade e a paternidade"

"A família é a única construção natural que existe, não se fez por decreto-lei"

"Os aspectos financeiros são importantes, mas há muitas coisas que não passam por eles, mas por questões culturais, comportamentais, empresariais"

«Precisava de compreensão»

As famílias numerosas queixam-se de serem penalizadas pelo fisco, quando é que isso será ultrapassado?

Essa questão é importante, tem de haver alguma consideração por quem tem mais filhos, é indiscutível. Mas repito: a dedução à colecta não parece ter um efeito muito significativo na vida das famílias. Reconheço que a individualização fiscal de lares – pagar-se menos imposto quando se está separado, mesmo que se viva em conjunto – é uma situação de que o Governo está consciente, mas não se pode fazer tudo ao mesmo tempo.

Mas acaba por ser uma injustiça...

É, mas não estou a ver ninguém a divorciar-se por isso. Se alguém se divorcia por esse motivo, então nunca deveria ter casado. A noção de família ultrapassa a perspectiva financista. A política fiscal é importante, mas antes disso há a política social à família. Quem paga impostos ainda bem que os paga, é porque tem dinheiro para isso. Mas há quem não pague porque não tem rendimentos suficientes e estas pessoas devem ser a primeira prioridade. Se só actuamos ao nível dos impostos estamos a desproteger quem não têm rendimentos.

Esta é a questão que surge com mais acuidade nas reivindicações dessas famílias.

É interessante que, em todos os países, as associações de famílias numerosas são de uma grande generosidade mas de classe média ou alta. É nessas classes, nas famílias urbanas, nas grandes cidades, que a questão fiscal é importante. Se se fizer uma associação de famílias numerosas no interior do País, garanto que as preocupações não serão as mesmas. A política familiar está muito para além da política fiscal, caso contrário é enviesar a questão para aqueles que têm menores rendimentos.

Qual é o orçamento do Ministério do Trabalho e Segurança Social e qual é a percentagem aplicada em políticas de apoio à família?

São 15 mil milhões de euros e é praticamente tudo para a família. O abono de família representa 500 milhões de euros; as pensões, 10 mil milhões; o subsídio de desemprego, 1250; os apoios às Instituições de Solidariedade Social (IPSS), 900 milhões de euros e o Rendimento da Reinserção Social, 250 milhões de euros.

Quantas vezes precisava de o multiplicar para ter um programa ideal?

Nem sempre é uma questão de orçamento. Precisava, por exemplo, de mais compreensão. Os aspectos financeiros são importantes, mas há muitas coisas que não passam por elas, mas por questões culturais, comportamentais, empresarias. As empresas que podiam ser mais exemplares não o são, deviam ter vistas largas. A comunicação social devia dar mais atenção às questões demográficas. A classe política e os partidos deveriam pôr nas agendas eleitorais as questões da família, mas estas acabam por ser pouco mediáticas. Tenho pena que ai não se possa avançar mais.

Que mudanças pretendem introduzir nas estruturas de mediação familiar?

A tónica da mediação familiar tem incidido na fase litigiosa, divórcio ou pós-divórcio. Queremos introduzir um elemento novo, que a intervenção seja numa fase anterior, onde ainda é possível evitar rupturas. Terá uma componente mais preventiva.

Há procura a esse tipo de serviços?

Sim, mas desejo que sejam mais procurados. Isso não acontece também por falta de informação, daí a necessidade de haver uma maior divulgação dos mesmos.

DN Leonardo Negrão

MEDIAÇÃO. «Intervenção será feita na fase onde é possível evitar rupturas»

ID: 7960016	DN - Edição Norte	Tiragem: 102055 País: Portugal Âmbito: Nacional Perid.: Diária	Página: 1 Cores: Preto e Branco Área: 5,05X9,18 cm2 Corte: 5 de 5	
Data: 15-05-2004				

Memorandum

ENTREVISTA A BAGÃO FÉLIX

«Empresas devem apoiar mais a família»

■■■O ministro da Segurança Social e do Trabalho diz, em entrevista ao DN, que a responsabilidade social das empresas faz parte da cidadania empresarial. A propósito do Dia Internacional da Família, Bagão Félix sublinha que o lucro passa pela motivação dos trabalhadores, exortando os empresários a agirem nesse sentido. A verdade é que as mulheres portuguesas ainda sacrificam a carreira em benefício da família. **PÁGINAS 2 a 5**